

O SILENCIAMENTO DO “EU”, DE “O LULA” E DO “PRESIDENTE LULA”¹

Ercília Ana Cazarin²

RESUMO

O texto resulta de pesquisa na qual trato da representação política do sujeito enunciador do discurso de Lula (DL), no espaço-tempo 2003-2006. Análise o processo de representação política quando o sujeito enunciador do DL silencia o “eu”, “o Lula” e, por conseguinte, “o Presidente Lula”, assumindo um “nós” político e referenciando uma terceira pessoa do singular, atualizada por “o Governo”, “o Presidente da República”, “o Governo Federal”, etc. que pode ser substituída pelo “nós”. A compreensão é a de que, na função enunciativa de Presidente da República, essa maneira de o sujeito representar-se o distancia de sua subjetividade, abrigando-o à sombra do *lugar social* em que está inscrito. No entanto, o entrelaçamento simultâneo que ocorre entre essas duas formas de representação (o “nós” e a terceira pessoa do singular) não permite que se fale em total apagamento, em total neutralização, nem em um completo esvaziamento de sua subjetividade.

Palavras-chave: Representação política. Representação do sujeito. Subjetividade. discurso de Lula.

O objetivo deste texto é compreender como, no discurso de Lula (DL)³, funciona e produz sentidos o processo de representação política, em especial, quando o seu sujeito enunciador silencia o “eu”, “o Lula” e o “Presidente Lula” e, enunciando na primeira pessoa do plural, passa a referir uma terceira pessoa atualizada por “o Governo”, “o Presidente”, “o Presidente da República”, “o Governo Federal”. Faço isso, levando em conta pesquisas nas quais tenho me ocupado a analisar o referido discurso em diferentes espaços-tempo, ou seja: quando da elaboração de minha tese (2004), tratei da identificação e da representação política do sujeito enunciador do discurso em pauta no espaço-tempo 1978-1998; na ocasião, constatei que uma das formas de representação do sujeito enunciador ocorria por meio de “o Lula”, a qual se dava em um funcionamento discursivo em que, em uma mesma cena discursiva, esse sujeito enunciava por meio do “eu” e/ou do “nós”, referenciando a si próprio como se fosse uma terceira pessoa determinada pelo artigo “o” (o Lula), o que se pode observar nesta seqüência discursiva de referência (sdr):

[...] Então, a democracia que nós trabalhadores queremos e que muita gente lá em cima não quer, é uma democracia na qual nós realmente participemos das grandes decisões do país. [...] **Eu acho** que democracia é realmente você respeitar as decisões da maioria. Ora, partindo desse pressuposto, **eu acho** que os assalariados desta terra são maioria. E não **vejo** por que esta maioria deva submeter-se aos desejos de uma minoria. [...] **eu acho** é que tem coisa muito mais grave para a classe trabalhadora que ninguém nunca falou ao longo dos anos; não é que não falou agora, após a Revolução; não se falou em 56, não se falou em 43. Não se falou em ano nenhum. Desde que a classe trabalhadora brasileira esteja amarrada, pode até haver democracia no país. [...] O que **sei** é que nós trabalhadores temos

que criar, talvez não um, mas vários partidos políticos que atendam aos reclamos das várias ideologias existentes dentro das empresas. [...] **Eu acho** que existem dezenas e centenas de líderes dentro das fábricas que poderiam liderar um partido em melhores condições que **o Lula**. O que **eu acho** é que **eu participaria** de um partido com o qual **me afinasse** ideologicamente... (Fragmentos de entrevista concedida a Eduardo Dantas e outros. Diário do Grande ABC, 23/07/78. In Lula: entrevistas e discursos, p. 128-131).

Na pesquisa então realizada, as análises da representação do sujeito por meio de “o Lula” me levaram a compreender uma espécie de jogo entre o “eu” do sujeito enunciador e a projeção imaginária que esse sujeito fazia do *lugar social* em que estava inscrito. Esse funcionamento do discurso me levou a entender que “o Lula” produzia efeitos de sentido de um personagem político, desempenhando o papel de uma *quarta pessoa discursiva* (INDURSKY, 1997), embora com um funcionamento diverso daquele analisado por essa autora⁵.

Em pesquisa desenvolvida nos anos de 2005 e 2006, analisei a representação política do sujeito enunciador do discurso de Lula, privilegiando um outro espaço-tempo: 2003-2006. Tratei do intrincamento dos processos de identificação e de representação política, objetivando compreender como e que sentidos se podia produzir quando a representação do sujeito enunciador, por meio de “o Lula”, era (re)significada para “o Presidente Lula”, “o Governo”, “o Presidente da República”, tal como na sdr a seguir:

[...] Primeiro, **eu não sou o Lula, sou o Presidente da República**. Que é uma instituição. Segundo, esse cidadão nunca esteve **comigo**, nunca viu o **meu** cotidiano. Não poderia passar para fora que o Brasil é governado por um alcoólatra. **Eu duvido** que qualquer companheiro tenha **me** visto bêbado alguma vez. **Faço** esse desafio à imprensa nacional (grifos meus) (Fragmentos de entrevista à ISTOÉ em 19/05/2004).

Em relação ao funcionamento discursivo recém-destacado, dediquei especial atenção ao entrelaçamento das formas de representação política com o processo de identificação do sujeito enunciador, levando em conta que os processos de representação e de identificação política materializam-se *na/pela* materialidade da língua. Esse entendimento me permitiu escrever que a representação política funciona como uma espécie de materialização da identificação do sujeito enunciador com a posição-sujeito⁶ em que ele está inscrito. Sobre isso escrevi um texto (2006)⁷ no qual analiso essa (re)significação na forma de o sujeito enunciador do DL se representar.

Na pesquisa, a partir dos estudos de Woodward (2000, p. 17), entendo que o processo de representação “inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos”. Assim, representação do sujeito está sendo tomada como efeito das relações de força que se estabelecem *no e pelo* funcionamento do discurso, isto é, na cena discursiva de interlocução que se apresenta como um espaço tenso, no qual o sujeito enunciador e seus interlocutores participam de uma espécie de “ritual social da linguagem” (MAINGUENEAU, 1989, p. 30).

Agora, neste texto, a partir do mesmo arquivo (2003-2006), meu interesse é distinto. Busco compreender o funcionamento discursivo de uma outra forma de representação; nela, como já anteriormente sinalizado, o sujeito enunciador do DL assume um “nós” político e, simultaneamente, referencia “o Governo”, “o Presidente”, “o Presidente da República”, “o

Governo Federal”, silenciando o “eu”, “o Lula” e, por conseguinte, “o Presidente Lula”. Isso pode ser notado na seguinte sdr.

[...] O Prouni é um acordo que **o Governo Federal** fez com as universidades particulares. **Nós fizemos** a isenção de alguns impostos, **transformamos** a quantia equivalente aos impostos em bolsas para os alunos da escola pública. O que acontece claramente é que **nós tivemos** um sucesso extraordinário em 2005 quando entraram 112 mil novos jovens na universidade. Em 2006, **nós temos** até junho mais 140 mil vagas para alunos da periferia de escola pública. [...] Agora, **nós estamos** resolvendo esse problema porque **nós queremos** mais jovens na universidade brasileira (grifos meus) (Resposta concedida a Spensy Pimentel em entrevista do programa “Cafê com o presidente”, Rádio Nacional, 06/02/2006).

As pesquisas têm me levado à compreensão de que, na função enunciativa de Presidente da República, essa maneira de o sujeito se representar apresenta-o como um sujeito fortemente fragmentado que enuncia na primeira pessoa do plural (nós), referenciando uma terceira do singular que poderia ser substituída pelo “nós” (eu + ele(s)); silencia o “eu”, “o Lula”, “o Presidente Lula”, estes dois últimos, em outras condições de produção, também atualizados pela terceira pessoa do singular. Daí meu interesse em compreender quais sentidos se pode produzir quando desse silenciamento.

O silêncio está sendo entendido, a partir do que escreve Orlandi (1993, p.11-25), como “o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história”. Essa autora distingue: a) silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significativo, produzindo as condições para significar; b) a política do silêncio que se subdivide em: b.1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga, necessariamente, as “outras” palavras); b.2) o silêncio local, que se refere à censura (aquilo que é proibido dizer em determinada conjuntura). E como, em AD, o objeto de reflexão é o discurso, a autora chega a uma outra afirmação: “o silêncio é o real do discurso. Só se pode pensar o silêncio quando se pensa o avesso da estrutura, sem o binarismo, sem as oposições e regras escritas e categóricas”.

Nessa perspectiva, para compreender o silenciamento que ocorre no discurso em pauta, é interessante prestar especial atenção aos processos de significação que o *silêncio* põe em jogo. Quero crer que, em relação à terceira pessoa, nesse tipo de funcionamento discursivo se está diante daquilo que Indursky (1997)⁸ refere como sendo a *quarta pessoa discursiva*, mas difere do funcionamento discursivo por ela analisado porque o sujeito enunciador do discurso de Lula mescla seu dizer com um “nós” político. Ao tratar das diferentes representações do sujeito, Indursky (op. cit., p. 66-76) sublinha que o plural “nós”, em regra, expressa uma “pessoa” ampliada e ambígua, e é essa ampliação do “eu” que possibilita ao sujeito enunciador integrar outros enunciadores a seu dizer; entende que o “nós”, por designar conjuntos lexicalmente não-nomeados, funciona como uma *não-pessoa discursiva* que, na interlocução discursiva, corresponde ao referente lexicalmente não especificado ao qual “eu” associa-se para constituir “nós”. Essa mesma autora, em texto distinto (2000), volta a tratar dessa questão, observando que “enunciar em “nós” é a melhor maneira de representação do sujeito político, à medida que eleger a si e a seus representados como aqueles que constituem a referência desse “nós” ” (op. cit., p. 23).

A autora recém-citada, em suas análises, leva a entender que a *quarta pessoa discursiva* ocorre quando a terceira pessoa é usada no lugar do “eu”, simulando um apagamento do sujeito enunciador. Nesse caso, está-se diante de uma *quarta pessoa discursiva* que produz a impessoalização do sujeito, pois esse abdica de dizer eu, cedendo

espaço para o acontecimento discursivo. Essa autora (op. cit.) salienta que, em tal funcionamento discursivo, por meio dessa forma de representação, o sujeito apresenta-se como se fosse um outro, produzindo um efeito de sentido de simulação do preenchimento da forma-sujeito – o sujeito simula seu apagamento e, ao mesmo tempo, sublinha o efeito de esvaziamento da forma-sujeito, produzindo, assim, a ilusão de que o acontecimento discursivo está desvinculado do sujeito que constrói o discurso.

Na análise das seqüências discursivas, representativas do discurso em questão, levo em conta as distintas cenas discursivas de interlocução, a partir das quais o sujeito é levado a enunciar; tenho presente o fato de que uma cena discursiva não pode ser tomada como algo concreto ou estável, pois nela conta a dimensão imaginária do discurso, que, como destaca Sercovich (1977, p. 38), “deriva de seu fatal processo social de produção e consumo: da intervenção do sujeito e de suas representações”. No sentido de procurar explicitar como esse funcionamento discursivo se dá e produz sentidos, apresento o recorte discursivo⁹ que se segue e a partir do qual realizo a análise.

sdr 1

[...] E a ordem do **Presidente** é curta, mas não grossa: é de dizer para eles que a **nossa** obsessão é aumentar a **nossa** balança comercial. Por isso **nós temos** que fazer política exterior com mais competência e com muito mais força do que **nós fizemos** até agora. É preciso acabar o tempo de brasileiro viajar para o exterior e falar só de mortalidade infantil, de criminalidade, falar de carnaval ou falar de futebol... (grifos meus) (Fragmentos do pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da IX Feira Internacional do Plástico São Paulo. SP, 10/03/2003).

sdr 2

[...] **nós percebemos** que **tínhamos** um problema a resolver, que os produtores brasileiros que tinham plantado soja ano passado, tinham semente de soja e queriam plantar. **O governo** poderia ter, simplesmente, falado o seguinte: não vai plantar e fim de papo, **vamos** passar a máquina por cima, **vamos** destruir. Seria outra imagem simplesmente horrível. Ou, ao mesmo tempo, **o governo** deveria falar: bom, vocês não plantam a semente de transgênico que vocês têm, que **nós vamos** dar sementes da soja convencional. Isso custava aos cofres públicos 300 milhões de reais. Não **tínhamos** para dar. E, ao mesmo tempo, se **nós déssemos** para quem tinha estoque de semente transgênica, porque não dar, de graça, para aqueles que estavam com a semente da convencional? (grifos meus) (Fragmentos da entrevista coletiva do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a emissoras de rádio. Palácio do Planalto, 02/10/2003).

sdr 3

[...] O partido dele faz parte da base de sustentação do **governo**. Segundo, o Severino foi eleito presidente da Câmara concorrendo e cumprindo exatamente as regras existentes na Câmara para que alguém pleiteasse ser presidente. Sorte dele que ganhou e azar de quem perdeu. Aquilo é um jogo, muitos poderiam ser candidatos, ele foi e ganhou. Não estava previsto nos prognósticos dos cientistas, dos analistas, dos matemáticos, mas ele ganhou. **O Presidente da República** não escolhe quem deva ser o Presidente da Câmara, **o Presidente da República** estabelece política de convivência democrática com o presidente da Câmara, qualquer que seja o partido a que ele pertença e qualquer que seja o discurso que ele faça todo santo dia. O Presidente da Câmara tem o poder de conduzir o Poder Legislativo e fazer com que as coisas aconteçam da melhor forma possível. **O Presidente da República** tem a obrigação de governar o Brasil. O fato de **nós perdermos** uma ou outra coisa no Congresso Nacional... (grifos meus) (Fragmentos da primeira entrevista coletiva de Lula como Presidente da República, 29/04/2005).

sdr 4

[...] o programa Bolsa-Família é um programa de transferência de renda que faz parte do programa Fome Zero. O Fome Zero tem 31 programas e ações integradas, trabalha com os estados, trabalha com o Distrito Federal, trabalha com municípios e, mais importante, trabalha com a sociedade civil. E até agora **nós** já **colocamos** R\$ 27 bilhões investidos pelo **governo federal** desde 2003 no programa Fome Zero. O Bolsa-Família é aquele programa que a gente transfere uma quantidade em dinheiro para as famílias mais pobres, que estão abaixo da linha da pobreza, fazendo com que as famílias possam, com esse dinheiro, ter acesso à alimentação necessária para melhorar sua qualidade de vida. Ao mesmo tempo, **nós estamos** garantindo que as famílias possam ter os seus filhos na escola, as mulheres possam fazer o acompanhamento se estiverem grávidas, as crianças possam tomar vacina. **Nós** já **chegamos** a 100% de todos os municípios brasileiros. **Estamos** atendendo, no mês de outubro, oito milhões de famílias e **nós estamos** com esse programa comprometido a chegar dia 31 de dezembro com 8,7 milhões de famílias sendo atendidas...(grifos meus) (Fragmento de uma das respostas dadas ao entrevistador do programa “Cafê com o Presidente”, Rádio Nacional, 24/10/05).

Em um primeiro momento da análise, observa-se que as ocorrências do “nós” ocupam, em regra, o lugar do sujeito na estrutura dos enunciados. É esse “nós” que referencia a terceira pessoa do singular atualizada por o Governo, Presidente da República etc. que, no caso, poderia ser substituída por “nós”. Referindo-se ao uso do “nós”, Jespersen (1975), nos capítulos XIV e XVI de sua gramática filosófica, apresenta o plural de aproximação como aquele em que vários objetos ou indivíduos são incluídos em uma mesma forma, apesar de não pertencerem exatamente ao mesmo tipo. Cita o “nós” como sendo o exemplo mais importante desse tipo de plural e afirma que a palavra “nós”, por essência, é vaga e não dá indicação sobre a quem o falante quer incluir além de si mesmo (op. cit., p. 225-227).

Outro autor que interessa para a análise do “nós” é Benveniste (1991), que, na perspectiva da teoria enunciativa, trata dos pronomes como fatos de linguagem e afirma que os mesmos não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos (p. 277). Segundo ele, nos pronomes pessoais, a passagem do singular para o plural não implica apenas uma pluralização. Na grande maioria das línguas, o plural pronominal não coincide com o plural nominal. A unicidade e subjetividade inerentes a “eu” contradizem a possibilidade de uma pluralização. Se não pode haver vários “eu” concebidos pelo próprio “eu” que fala, é porque “nós” não é uma multiplicação de objetos idênticos, mas uma junção entre o “eu” e o “não-eu”, seja qual for o conteúdo desse “não-eu”. Benveniste (op. cit.) salienta que o “nós” difere de uma junção de elementos definíveis e que a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa. O “nós” anexa ao “eu” uma globalidade indistinta de outras pessoas (op. cit. p. 258). Ainda segundo ele, levando-se em conta as relações de pessoa, importa notar a distinção entre as categorias *inclusivo/exclusivo*. O *plural exclusivo* (eu + eles) consiste em uma junção das duas formas que se opõem como pessoal e não pessoal em virtude da “correlação de pessoa” - no “nós” exclusivo, que se opõe a “tu, vós”, é o “eu” que é sublinhado. Ao contrário, a forma *inclusiva* (eu + vós) efetua a junção das pessoas entre as quais existe a “correlação de subjetividade” - no “nós” inclusivo, que se opõe a “ele, eles”, é “tu” que sobressai (op. cit., p. 257).

No caso em análise, com exceção da primeira ocorrência do “nós”, todas as outras são exclusivas (eu + ele(s)), tais como “nós”, do governo, entre outras, mas isso não impede que se produza o efeito de sentido de uma espécie de distanciamento do sujeito enunciativo. Nesse sentido, vale o que escreve Guimarães (1989, p. 51-52) quando registra que, em português, são tradicionais enunciações que contêm “nós” como forma de distanciamento do locutor (do eu). Em texto distinto (2002), esse mesmo autor, filiando-se à semântica do acontecimento, leva em conta a história e entende que “há uma passagem do enunciado para o

texto, para o acontecimento, que não é segmental” (op. cit., p. 7). É através do estudo da enunciação, para ele, acontecimento do dizer, que se produz a relação de sentido. Os estudos desse autor aproximam-se da perspectiva teórica da análise do discurso (AD), na qual, para que o “nós” produza sentido, é preciso levar em conta o interdiscurso (a memória do dizer), constitutivo do dizer.

No âmbito do discurso, o “nós” é uma forma pronominal rica em potencialidades dialógicas, e a análise de seu funcionamento discursivo coloca duas questões centrais: “quais pessoas o “nós” convoca para si e por que as convoca?” (GEFFROY, 1985a, p. 05-08). Essa mesma autora (op. cit.), ao tratar do uso do “nós”, escreve que essa forma pronominal “equivale a “eu” mais “outra(s) pessoa(s)” e é, em uma única sílaba, auto e hetero designativo; “nós” é a primeira encarnação do “mais de um”. Elemento não apenas lingüístico, “nós” tem, com frequência, o papel de um “locutor coletivo”, embora suas funções nem sempre se limitem àquelas do dizer. Parafraseando a autora e, tendo em vista a inseparabilidade do “nós” com a cena discursiva em que é enunciado, pode-se escrever que a riqueza de suas potencialidades enunciativas só pode ser definida se reconstituídas as condições de produção do discurso. Para que se possa designar a referência ou auto-referência do “nós”, Geffroy (1985b, p. 89) enfatiza que “é necessário levar em conta os laços sociais, a constituição do sujeito falante em sujeito do discurso, enfim, a ideologia”, em AD, entendida como constitutiva do discurso.

Levando em conta essas considerações e ancorada na memória discursiva enquanto categoria de análise, apresento, no quadro a seguir, os referentes discursivos que o “nós” atualiza no funcionamento discursivo das sdr(s) apresentadas como representativas do funcionamento discursivo em pauta.

	Referente(s) discursivo(s)	sdr
Nós 1	“o Presidente” (plural de modéstia)	1
Nós 2	“os brasileiros”	1
Nós 3	“o Governo” ou “do Governo”	2, 3 e 4

Como se pôde perceber, na análise do recorte discursivo em pauta, o “nós”, com exceção da primeira ocorrência, que está funcionando como um plural de modéstia, pode ser parafraseado por: “o Presidente” e “os brasileiros” (sdr 1); “o governo” ou “do governo” nas demais sdrs, ou seja, inclui o sujeito enunciador mais outro(s) componente(s) do Governo Lula.

Refletir sobre o(s) grupo(s) social(is) que o “nós” abriga no discurso de Lula me faz voltar a Geffroy (op. cit.) para ressaltar que um princípio discursivamente reconhecido é o de que a forma pronominal “nós” é “o termo fundador do político - um coletivo idêntico quanto ao seu nome, variável quanto a seu conteúdo e suas funções; elemento de um sistema, ao mesmo tempo, ideológico e lingüístico, aquele da designação sócio-política” (op. cit, p. 63). A partir disso, o entendimento é o de que o “nós” do DL é, sem dúvida, também ele um “nós político”, ou seja, é um “nós” ampliado e, não raras vezes, ambíguo, representativo de distintos grupos sociais inscritos na mesma posição-sujeito a partir da qual o sujeito enunciador do referido discurso enuncia.

Saliento que o *político* está sendo entendido de acordo com estudos de Corten (1999, p. 37-52) nos quais distingue as noções *política*, *político* e *cena de representação do político*.

Segundo ele, a política é a área funcional especializada, na qual, através das instituições políticas, se realizam as atividades políticas; o político, apesar de seu sentido didático-teórico permanecer freqüentemente indefinido, é representado pela “cena das forças políticas” construída pelo discurso, isto é, a representação do político só é compreensível através da cena em que os sujeitos se representam e que os elementos que perpassam a sociedade são vistos como forças políticas.

Em AD, é o discurso que constitui a própria cena discursiva e o que interessa é justamente o político, e não a política como atividade político-partidária. É por isso que, na esteira do pensamento de Corten, entendo que é o discurso, em sua circulação, que constrói a montagem e delimita o “fechamento” da cena e, nesta, os lugares sociais se explicitam, ainda que na sua opacidade.

Nas sdrs em análise, o “nós” do DL funciona muito próximo daquele analisado por Indursky (op. cit.) e, com certeza, é um “nós” político, representativo da função enunciativa da Presidência da República (do Governo), a partir da qual o sujeito do referido discurso enuncia. É também um “nós” que funciona como uma “não-pessoa discursiva” por meio da qual o sujeito enunciador associa-se a outro(s) sujeito(s) não nomeado(s), não especificado(s). É isso que, no meu ponto de vista, torna esse “nós” ampliado e ambíguo; um “nós” a que o sujeito enunciador também pertence, mas o opacifica.

Já em relação à representação do sujeito por meio da terceira pessoa do singular, entendo que, no caso do DL, é também a cena discursiva de interlocução que possibilita compreender como o sujeito enunciador se relaciona com os distintos *lugares sociais* que o afetam, isto é, compreender como, a partir do interdiscurso, esse sujeito aciona um ou outro referente para preencher o espaço de atualização da terceira pessoa.

Recorro novamente a Jespersen (1975), pois ele registra uma passagem que interessa à análise que desenvolvo - é quando esse autor (op. cit., p. 259) trata da distinção entre *pessoa conceitual* e *pessoa gramatical*. Escreve ele que, na maioria dos casos, existe coincidência entre essas duas pessoas. Não obstante, segundo ele, os desvios não são raros; servilismo, diferença ou simples educação podem fazer com que o falante evite a menção direta de sua própria personalidade, e assim uma terceira pessoa pode substituir o “eu” como “seu” em (seu humilde servidor) ou (disponha Vossa Senhoria deste seu humilde servidor), entre outros.

Meu interesse em citar esse autor é pelo fato de ele admitir a possibilidade de tratar o “ele” como uma pessoa do discurso, ao contrário de Benveniste (1991, p. 250-283)¹⁰ que, rememorando os gramáticos árabes, escreve que a primeira pessoa é aquela que fala; a segunda, aquela a quem se fala; a terceira, é aquela que está ausente. Segundo esse autor, a “terceira pessoa é uma não-pessoa”; é, inclusive, a forma verbal que tem por função exprimir a “não-pessoa”, que possui como marca a ausência do que qualifica especificamente o “eu” e o “tu”.

Observo que, no funcionamento do discurso de Lula, embora a terceira pessoa ocupe o lugar do referente, seu funcionamento discursivo é distinto daquele teoricamente postulado por Benveniste pelo fato de esse referente poder ser substituído pelo “nós exclusivo”, funcionando então como uma pessoa do discurso. Trata-se de um funcionamento discursivo em que o sujeito enunciador, ao enunciar por meio do “nós”, toma como referente discursivo uma terceira pessoa que pode ser parafraseada por “eu + ele(s)”, isto é, pode ser substituída por “nós”, daí o entendimento de que a terceira pessoa pode ser concebida como uma pessoa do discurso.

Martins (1990, p. 103-04) escreve que o “ele” caracteriza-se como sendo de grande complexidade referencial e tem qualidades próprias em relação à primeira e à segunda

peçoas, podendo, em situação de diálogo, integrar-se ao sistema pronominal como uma terceira pessoa porque compartilha com “eu” e “tu” algumas de suas relações com o enunciado e com a situação de enunciação. Nesse sentido, quer me parecer que, embora cada um em seu tempo e com propósitos distintos, há uma aproximação entre o texto de Martins (op. cit.) e o de Jespersen (op. cit.), em especial, quando este estabelece a distinção entre *pessoa conceitual* e *pessoa gramatical* - nos dois autores, é possível observar que o “ele” pode, em situações de enunciação, vir a assumir o lugar do “eu”, ao que eu, a partir da análise, acrescento: e também o lugar do “nós”. No que se refere ao funcionamento discursivo da terceira pessoa no DL, reitero que a mesma não ocorre do mesmo modo previsto por Jespersen (op. cit.) e que o interesse também não é o mesmo daquele de Martins (op. cit.). Entretanto, o postulado por esses dois autores reforça meu ponto de vista, no sentido de que a terceira pessoa pronominal, mesmo funcionando como um referente discursivo, pode ser concebida como uma pessoa do discurso.

Em relação ao uso da terceira pessoa no lugar da primeira, cito também estudos de Barthes (1977) e de Fiorin (2001). Esse último (op. cit., p. 84-86), no capítulo intitulado “A pessoa subvertida”, afirma que esse uso neutraliza o sujeito; constata que as formas de terceira pessoa mais utilizadas para substituir o “eu” são: “ele, ela ou, com maior frequência, um substantivo, sendo que, muitas vezes, se utiliza o nome próprio em vez do eu”. Salienta que também é comum o “se” ou “a gente” como formas indeterminadas. O autor enfatiza que, quando se usa esse tipo de *embreagem*, o enunciator aparece como que esvaziado de qualquer subjetividade, apresentando-se apenas como papel social; o “ele” é um “eu” mantido a distância. Barthes (1977, p. 178-179), por sua vez, ao escrever sua biografia, na maioria das passagens o faz em terceira pessoa, ou seja: usa o “ele” no lugar do “eu”.

Em texto distinto, Barthes (1982, p. 211-213) destaca que “falar de si dizendo “ele”, pode querer dizer: falo de mim como se estivesse um pouco morto, preso numa leve bruma de ênfase paranóica”. Parafraseando esse autor, pode-se escrever que falar de si significa atuar como uma espécie de ator brechtiano que deve distanciar sua personagem: “mostrá-lo, não encarná-lo, dar à sua dicção uma espécie de piparote, cujo efeito é descolar o pronome de seu nome, a imagem de seu suporte, o imaginário de seu espelho”, estabelecendo uma espécie de “afinidade possível da paranóia e do distanciamento, por intermédio da narrativa: o “ele” é épico”.

Embora o funcionamento discursivo em análise não aponte para a possibilidade de que, na relação que se estabelece entre o “nós” do sujeito enunciator e “o Presidente da República”, haja a mesma dimensão de distanciamento a que Barthes se refere, essa passagem de seu texto interessa, pois quero crer que, no funcionamento do DL, “o Presidente da República, o Governo Federal etc.” correspondem a uma espécie de “personagem político” que se confunde com o lugar institucional construído pelo imaginário do sujeito enunciator. Em síntese, funcionariam como figuras enunciativas. Acredito que, ainda que o sujeito enunciator do DL se represente como se fosse um *outro* (a Instituição), o referente discursivo, no caso em análise, caracteriza-se como uma *pessoa do discurso* por meio da qual o sujeito enunciator estabelece uma espécie de distanciamento entre ele e o *lugar social* a partir do qual enuncia, produzindo assim, ainda que imaginariamente, a ilusão de dissociar o discurso do sujeito que o constrói.

Registro que, no DL, o funcionamento discursivo da terceira pessoa que ora está em análise é também distinto desses funcionamentos discursivos recém-referidos. O que ocorre no DL é o fato de que o referente determinado pelo artigo definido “o” (o Presidente da República, por exemplo), embora não ocupe o lugar de sujeito na estrutura do enunciado, pode ser parafraseado por “nós”, incluindo-se aí o “eu”. Ou seja, o sujeito enunciator do DL,

representando-se pelo “nós”, fala de “o Presidente da República”, que se torna o tópico (o referente) do discurso, conforme pode ser observado a seguir.

3ª. Pessoa > Referentes discursivos		
sdr 1	Nós >	O Presidente
sdr 2	Nós >	O Governo
sdr 3	Nós >	O Governo / O Presidente da República
sdr 4	Nós >	O Governo Federal

Como recém-demonstrado, no DL, seu sujeito enunciador quando refere a si próprio como se fosse um *outro*, enuncia representando-se por “nós”, e esse *outro* não ocupa, na estrutura do enunciado, o lugar do sujeito, e sim o do referente, mas de um referente que pode ser substituído por eu + ele(s). Portanto, o referente discursivo apresenta-se como uma das formas de representação desse sujeito. Entretanto essa forma de representação do sujeito produz, ilusoriamente, um *efeito de exterioridade* como se houvesse a possibilidade de se ver “de fora”, como se ele estivesse enunciando sobre um *outro*. Efeito esse que se desfaz à medida que o “nós” do enunciador, por meio da terceira pessoa, fala de si como se fosse um *outro*. Se observadas as sdr(s) do recorte, é possível notar que em nenhuma delas ocorre a total simulação de ausência ou de apagamento do sujeito porque, coexistindo com a terceira pessoa (referente), está presente o “nós”. Porém, não há como negar que a subjetividade do sujeito enunciador é fortemente atenuada, ou seja, há um certo esvaziamento da subjetividade.

Dessa forma, quer me parecer que o sentido fica muito próximo daquele funcionamento da quarta pessoa discursiva em que ocorre o apagamento / a neutralização do sujeito. Explico: quando o “nós” referencia “o Governo” ou “o Presidente” etc., no meu ponto de vista, o sujeito enunciador distancia-se de sua subjetividade, abrigando-se à sombra do *lugar social* em que está inscrito. No entanto, o entrelaçamento simultâneo entre as duas formas de representação (nós e terceira pessoa do singular) não permite que se fale em total apagamento ou em total neutralização do sujeito enunciador desse discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na minha compreensão, produz-se, nesse funcionamento discursivo, uma opacificação do sujeito enunciador. Opacificação essa que tangencia o apagamento, apresentando-o como se ele estivesse desvinculado do discurso que enuncia. O efeito de sentido produzido pelas sdrs representativas desse funcionamento discursivo do DL não é igual ao analisado em texto anterior, no qual o sujeito enunciador, marcando fortemente sua subjetividade, enunciava através do “eu”, referenciando “o Lula”, “o Presidente Lula”, “o Presidente da República”.

Reitero que, no funcionamento discursivo em pauta, a terceira pessoa não ocupa, na estrutura do enunciado, o lugar do sujeito, e sim o do referente. Esse sujeito refugia-se no “nós”, referenciando “o Governo”, etc. como se a ele não estivesse vinculado. Um dos efeitos de sentido é o da opacificação da subjetividade - o “eu” e “o Lula” e, conseqüentemente, “o Presidente Lula” ausentam-se do processo discursivo, cedendo espaço para um “nós” político que referencia “o Governo”, demarcando um aparente distanciamento entre o sujeito

enunciador e esse Governo do qual faz parte. Assim procedendo, esse sujeito mascara sua subjetividade, chegando muito próximo do apagamento da mesma.

Se em pesquisas anteriores era possível afirmar que, no discurso de Lula (2004), o funcionamento discursivo da quarta pessoa discursiva apontava para um sujeito enunciador do DL que, em todas as sdr(s), marcava fortemente sua subjetividade e que não se podia falar em apagamento ou neutralização do referido sujeito, nem em esvaziamento da subjetividade, no funcionamento discursivo em questão, essa afirmação me parece que não mais pode ser feita com tanta ênfase. O que se pode afirmar é que o sujeito enunciador do DL, na projeção imaginária que faz do *lugar social* em que agora está inscrito, complexifica ainda mais o processo de sua representação política, pois “movimenta-se” não só entre diferentes formas de representação como de auto-referenciação, entrelaçando os processos de identificação e de representação, de tal forma que parece estar enunciando sobre um *outro*, como se estivesse desvinculado dos grupos e/ou instituições sociais aos quais pertence.

Meu gesto de interpretação é o de que, no funcionamento discursivo em análise neste texto, se está diante de um sujeito enunciador fortemente identificado com o *lugar social* em que está inscrito, o que o leva a assumir um “nós” político, a distanciar-se da ilusão de subjetividade, a esquecer “o Lula” e, por conseguinte, “o Presidente Lula”. Os dois últimos diluem-se em um “nós” político que os abriga, mas que também os recalca.

THE SILENCING OF “I”, OF “LULA” AND OF “PRESIDENT LULA”

This text results from the research in which I deal with the political representation of the uttering subject in Lula’s discourse (LD), in the space-time 2003-2006. I analyze the process of political representation when the uttering subject in LD silences “I”, “Lula” and consequently “President Lula”, assuming a political “we” and using the third person singular, updated as “the Government”, “the President of the Republic”, “the Federal Government”, etc., which can be replaced by “we”. I understand that, in the uttering function of President of the Republic, the manner in which the subject represents himself distances him from his subjectivity, sheltering him in the shadow of the *social place* to which he belongs. However, the simultaneous interweaving of those two forms of representations (“we” and the third person singular) does not allow us to speak of total erasing, of total neutralization, nor of a complete emptying of his subjectivity.

Keywords: political representation; representation of the subject, subjectivity; Lula’s discourse.

NOTAS

- ¹ Este texto resulta do projeto de pesquisa “O processo de representação política: uma análise do discurso de Lula (2003-2006)”, desenvolvido entre 2005 e 2006 junto ao DELAC / UNIJUÍ, com ARD da FAPERGS.
- ² Professora do Departamento de Estudos de Linguagem, Arte e Comunicação – DELAC/UNIJUI.
- ³ Discurso de Lula (DL) está sendo entendido como efeito de unidade discursiva da posição-sujeito em que o sujeito enunciador está inscrito, e da qual também outros sujeitos enunciam ou podem enunciar.
- ⁴ Pêcheux (1990) ressalta que *lugar* não significa “um feixe de traços objetivos”, e sim funciona, nos processos discursivos, como uma série de formações imaginárias que designam a imagem que A e B se atribuem cada um a si, ao outro, ao *lugar* do outro e ao seu próprio lugar; esses *lugares*, dos quais fala Pêcheux, também não têm a ver com a realidade física, mas com um objeto imaginário (p. 81-83).
- ⁵ Segundo Indursky (1997, p.76-87), o uso da *quarta pessoa discursiva* produz a impessoalização do sujeito que abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento discursivo, *ou seja, o sujeito enunciador do*

discurso não inclui o outro nessa forma de representação - apresenta-se como se fosse o outro. Indursky (1977, p.77-78) escreve que o sujeito tem aí uma dupla possibilidade: de um lado, pode dizer “eu”; de outro, pode ausentar-se, refugiando-se em sua subjetividade. Diante disso, a autora (op.cit., p.81) afirma que o sujeito enunciador do discurso pode simular sua ausência da materialidade discursiva, representando-se por “ele” ou por “se”.

- ⁶ Posição-sujeito, em AD, entendida como uma região de saber, isto é, como efeito de unidade discursiva que organiza e regula os saberes contraditórios no interior de uma formação discursiva (FD).
- ⁷ O texto intitula-se “Identificação e representação política: o intrincamento desses dois processos” e está sob apreciação na Revista Língua, Linguística e Literatura do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
- ⁸ Indursky (op. cit.), in “A fala dos quartéis e outras vozes”, analisa o discurso presidencial da Terceira República Brasileira (1964-1984).
- ⁹ Segundo Orlandi (1984), o recorte é uma unidade discursiva, entendida como “fragmentos correlacionados de linguagem - e - situação”; é fruto de um trabalho de construção teórica e deve ser representativo do funcionamento do discurso que está em questão.
- ¹⁰ Em *Estrutura das relações de pessoa no verbo*, Benveniste trata das relações de pessoas no verbo (op. cit., p.247-58) e, ao referir-se à terceira pessoa, afirma que um predicado é bem enunciado somente fora do “eu-tu”; essa forma, segundo o autor, não faz parte da relação pela qual “eu” e “tu” se especificam. Escreve ele que há disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras, daí ser questionável a legitimidade dessa forma como pessoa. “Eu” designa aquele que fala e implica, ao mesmo tempo, um enunciado sobre o “eu”; na segunda pessoa, “tu” é designado por “eu” e não pode ser pensado fora de uma situação proposta a partir do “eu”, daí a transcendência do “eu” e o questionamento da legitimidade do “ele” como pessoa.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. Vinte palavras-chave para Roland Barthes. Entrevista à Le Magazine Littéraire, fevereiro/1975. In: *O grão da voz*. Tradução de Teresa Meneses e Alexandre Melo. Porto, Lisboa: Coleção Signos 37, Edições 70, 1982.
- _____. *Barthes por Barthes*. Tradução de Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Ed. da Unicamp, 1991.
- CAZARIN, Ercília Ana. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula (1978-1998)*. Tese de Doutorado. UFRGS, 2004.
- _____. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de Lula*. Ijuí, RS: Ed. da UNIJUI, 2005.
- CORTEN, André. Discurso e representação do político. In: _____. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Freda Indursky e Maria C. Leandro Ferreira (Orgs.). Tradução de Ana Maria Lisboa de Mello e Maria Regina Borges-Osório. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- GEFFROY, Annie. Les nous indistincts. In: *Mots (10)* (mars, 1985a). Paris.
- _____. Le nous de Robespierre ou le territoire impossible. In: *Mots (10)* (mars, 1985b). Paris.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Enunciação e formas de indeterminação. In: *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

INDURSKY, Freda. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. In: *ALEA*. Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas. Faculdade de Letras UFRJ, v. 2, n. 2, (set./2000).

_____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

JESPERSEN, Otto. *La filosofía de la gramática*. Traducción Carlos Manzano. 10. ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução de Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1989.

MARTINS, Eleni Jacques. *Enunciação e diálogo*. Campinas: UNICAMP, 1990.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2. ed., Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

_____. Segmentar ou recortar? Série *Estudos (10)*. Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (Org.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

_____. *Semântica e Discurso*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi...[et.al.]. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1988.

SERCOVICH, Armando. *El discurso, el psiquismo y el registro imaginario*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1977.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FONTES

Entrevista coletiva do Presidente Lula a emissoras de rádio, 02/10/2003. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>

GUIZZO, João et al. *LULA - Entrevistas e discursos*. 2. ed. São Paulo: O Repórter de Guarulhos, 1981.

ISTOÉ, 19/05/2004

Primeira entrevista coletiva de Lula como Presidente da República, 29/04/2005. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>

Programa “Café com o Presidente”, Rádio Nacional 24/10/2005. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>

Programa “Café com o Presidente”, Rádio Nacional 06/02/2006. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>

Pronunciamento do Presidente Lula na cerimônia de abertura da IX Feira Internacional do Plástico – São Paulo, SP, 10/03/2003. Disponível em: <[http:// www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>